ASSUNTOS TRATADOS ENTRE MINISTÉRIOS E INSS

Assuntos tratados na reunião com Presidente do INSS, Guilherme Gastaldello Pinheiro Serrano, o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência, José Carlos Oliveira, o Secretário de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia, Leonardo Sultani, e as Entidades Sindicais, realizada no dia 5 de maio de 2022 na sede do Ministério de Trabalho e Previdência:

- Constituição do Comitê Gestor da Carreira do Seguro Social:

O processo de constituição do Comitê Gestor encontra-se aguardando o encaminhamento formal das sugestões de alteração da redação a serem apresentadas pelas Entidades Sindicais, conforme orientação recebida do DERET/ME na presente data e informado aos participantes da mesa de negociação, registrado em ata de reunião.

O encaminhamento da proposta de alteração deverá ser remetido ao INSS, para tramitação e apreciação pelo DERET/ME.

- Aumento do Vencimento Básico, reposição salarial e aporte financeiro para o teletrabalho:

Em reunião no Ministério foram debatidas duas propostas: uma sobre reajuste de Vencimento Básico e a outra sobre a incorporação gradativa da gratificação de desempenho no VB.

Foi ressaltada a importância da discussão da temática dentro do comitê gestor da carreira a ser implementada. E quanto ao aporte financeiro para o teletrabalho não há previsão legal.

- Nível Superior para ingresso na Carreira do Seguro Social:

Foi instaurado um novo processo específico para tratar da temática com a emissão da Nota Técnica nº 5/2022/CODEC/CGEDU/DGP/INSS, que atualmente está na PFE/INSS aguardando análise jurídica.

Ressalta-se que na Nota Técnica nº 004/DIRAT/INSS, que embasou o concurso público no ano de 2021, já constava consignado a necessidade de nível superior para o cargo de Técnico do Seguro Social, diante da complexidade das atividades realizadas.

Entende-se a necessidade de exigir como critério mínimo de admissão também para o cargo de Técnico do Seguro Social o nível Superior de escolaridade. A Nota Técnica foi submetida para análise e emissão de parecer jurídico da PFE/INSS antes de ser encaminhada ao Ministério.

- Definição da Carreira do Seguro Social como carreira típica de Estado:

Na reunião com a equipe técnica do Ministério da Economia foi informado ao INSS que a questão da definição de carreira de estado não está sob gestão da pasta.

A PEC 32, que discute esse tema, está em tramitação no Congresso.

- Realização de concurso público:

Com a aprovação do PLN 1/2022, a Secretaria de Gestão de Pessoas do ME sinalizou positivamente quanto a realização do concurso para recomposição de parte do quadro dos servidores do INSS.

O Secretário explicou que ainda não há definição quanto ao número de vagas.

- Devolução dos valores da Greve de 2009:

Com base no relatório extraído do SIAPE, verificou-se a existência de 6.864 (seis mil oitocentos e sessenta e quatro) servidores com as ocorrências financeiras, com a totalização de R$ 7.573.220,78 (sete milhões, quinhentos e setenta e três mil, duzentos e vinte reais e setenta e oito centavos) referente a valores descontados dos servidores no período apurado.

Foi encontrada, pelo INSS, viabilidade técnica e jurídica para emissão de ato e consequente instrução de processos de exercícios anteriores para o pagamento da devolução dos dias de greve de 2009.

O Parecer da PFE/INSS vincula a emissão do ato do Presidente do INSS a anuência do Órgão Central do SIPEC. Ressalta-se que o processo está sob análise da Órgão Setorial.

Por fim, as autoridades presentes reafirmaram o compromisso em tratar das temáticas, dada a importância à valorização da Carreira do Seguro Social, comprometendo-se a viabilizar discussões em todas as instâncias sobre as propostas reivindicadas pelas Entidades Sindicais.